

# **Das Jornadas de 2013, de Rousseff ao “Capitão”: Agentes, interesses latentes e a trajetória da crise institucional brasileira (2013-2018)**

## **Journeys of 2013, from Rousseff to “The Captain”: Agents, latent interests and the Brazilian institutional crisis’ trajectory (2013-2018)**

◆ César Luciano Filomena

### **RESUMO**

Esse trabalho aborda a trajetória da crise brasileira pós-2013 e alterações institucionais subsequentes. Nela, setores da Justiça e do controle de contas públicas, da tecnoburocracia e do capital se articularam à ascensão de neófitos políticos de linha conservadora e antigos defensores do período de Regime Autoritário Brasileiro. Investiga as razões para mudanças de rumos institucionais vigentes até Rousseff. Analisa a identidade dos agentes políticos, suas posições e, com base em evidências, os interesses latentes que os motivaram a proporcionar profundas mudanças nas políticas construídas na década de 2000 para as de 2010. Pesquisa qualitativa, exploratória e documental, que segue uma abordagem institucionalista assentada na análise da sequência de eventos nos quais a conjuntura e *timings* importaram para mudar a trajetória bem-sucedida dos regramentos instituídos nos governos democrático-emancipatórios do PT, substituindo-os por novas instituições liberais e autoritário-conservadoras.

### **Palavras-chave**

Brasil; agentes políticos; crise institucional; PT; autoritarismo.

### **ABSTRACT**

This work addresses on the trajectory of the post-2013 Brazilian crisis and subsequent institutional changes. In it, sectors of Justice and control of public accounts, technobureaucracy and capital joined forces with the rise of conservative political neophytes and former defenders of the Dictatorship period. It investigates the reasons for changes in institutional directions in force until Rousseff. Based on evidence, It analyzes the identity of political agents, their positions and the latents interests that motivated them to provide profound changes in the policies built in the 2000s to the 2010s. Qualitative, exploratory and documentary research,

which follows a settled institutionalist approach in the analysis of the sequence of events in which the conjuncture and timings mattered to change the successful trajectory of the rules instituted in the PT's democratic-emancipatory governments, replacing them with new liberal and authoritarian-conservative institutions.

### Keywords

Brazil; political agents; institutional crisis; PT; authoritarianism.

## 1. Introdução

Estudar as razões da Jornada de Protestos de 2013, em sentido metafórico, é como interpretar o *Teatro Mágico* de Hesse (2000). Se nele cada ato era rico em nuances e em cenas cujo sentido articulado entre elas beirava a esquizofrenia, não é diferente quando, como cientistas sociais, olhamos para trajetória de passeatas, de manifestos e, até, de vandalismos que tomaram conta do Brasil naquele ano. Porém, diferente de Hesse, onde as experimentações eram mentais, houve, nos fatos do mundo real, um fio condutor capaz de articular algo que ganhou significados junto a grupos políticos e interesses contraditórios.

Até hoje, a resposta ao questionamento de que fio foi esse permanece irresoluta. Dez anos se passaram, e à distância dos acontecimentos, hoje parecem mais atos cujas razões se assentam em encenações feitas às *sombras da alegoria da caverna*. Se na aparência eram inovadores, na realidade não passaram de bloqueios a uma emancipação brasileira para além dos “limites da escuridão”<sup>1</sup>.

Um movimento iniciado em 2012 na cidade de Porto Alegre, capital do estado mais meridional do Brasil, uma justa reivindicação<sup>2</sup> de redução dos preços das passagens no transporte público local, em menos de dois meses, ganhou contornos de crise junto à opinião pública. Transformou-se numa dura crítica aos gastos com a Copa do Mundo no Brasil, depois, em revolta contra o Governo da Presidenta do Brasil Dilma Vana Rousseff do PT, e, ainda, deu lastro a uma agenda de pretensos combates à corrupção (SANTOS; TEIXEIRA, 2014).

Dos grêmios estudantis aos salões da FIESP<sup>3</sup>, os movimentos de 2013 importaram mais pelo que deles adveio do que pelos seus objetivos, em tese, manifestos à época. Funcionaram como o estopim de uma rede de oportunidades que proporcionou a novos e a velhos agentes políticos, muitos destes tributários de descréditos históricos, colocarem-se como protagonistas legitimados

<sup>1</sup> Aqui a referência é ao Mito da Caverna de Platão (2005).

<sup>2</sup> Justa porque foi lastreada em auditorias feitas no transporte público do município de Porto Alegre pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul – TCE-RS (vide Cattani, 2014, p. 103-107).

<sup>3</sup> FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, entidade ligada ao setor secundário (industrial) de representação empresarial, reconhecidamente a mais importante do Brasil.

nas arenas das políticas. Nos períodos subsequentes, outros episódios deles derivados alteram o curso regular da institucionalidade político-democrática brasileira então vigente, e, por que não dizer, econômica também.

Da “guerrilheira” Rousseff, reeleita em 2014 e deposta em 2016, ao “Capitão” Jair Messias Bolsonaro, eleito no final de 2018, foram anos de profundas crises, com subsequentes transformações institucionais e de rumos na política e nas políticas públicas. Neles, os interesses que articulam o bloco de oposição aos governos do PT foram diversos e, em larga medida, mantidos como latentes, sob pena de eventuais insucessos se, à época dos fatos, fossem manifestos.

Neste trabalho, a abordagem não recai sobre 2013, e sim na trajetória da crise e de alterações institucionais, de regras que se seguiram. Portanto, dedica-se ao que ocorreu após, quando setores da Justiça e do controle de contas públicas, da tecnoburocracia e do capital se articularam à ascensão de neófitos políticos de linha conservadora e recolocaram antigos defensores do período de Regime Autoritário Brasileiro (1964-1984) em evidência.

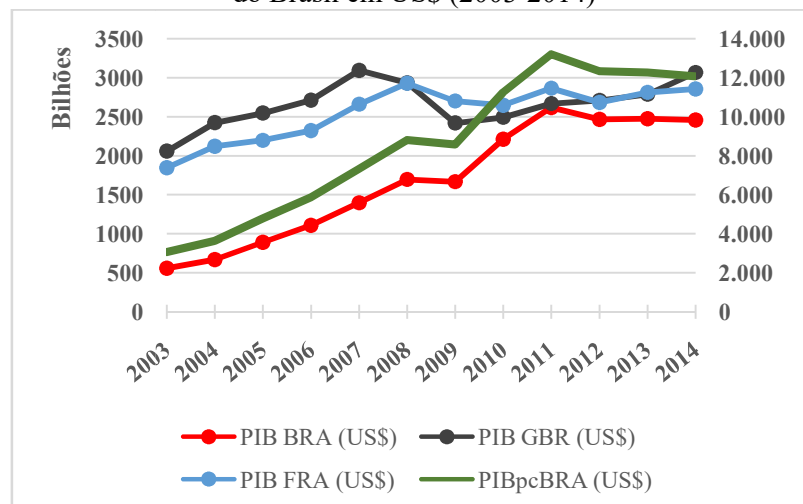
Tem como problema investigar as razões para as mudanças de rumos institucionais vigentes até Rousseff. Como objeto, analisa a identidade dos agentes políticos, suas posições e, com base em evidências, os interesses latentes que os motivaram a proporcionar profundas mudanças nas políticas construídas na década de 2000 para as de 2010. Trata-se de pesquisa qualitativa de caráter exploratório e documental, que segue uma abordagem institucionalista assentada na análise da sequência de eventos nos quais a conjuntura e os tempos (*timings*) importaram para mudar a trajetória até então bem-sucedida dos regramentos instituídos nos governos democrático-emancipatórios do PT, substituídos por novas instituições liberais e autoritário-conservadoras.

Na seção subsequente, faz-se uma breve revisão sobre os conceitos que orientam esta pesquisa à luz dos eventos de 2013 e daqueles que dele derivaram até o *impeachment* de Rousseff (2016). Segue abordagem de análise de trajetória de instituições e da associação com os significados (significantes das mudanças), a partir de conjecturas nas quais sequências específicas de eventos nos tempos (*timings*) podem alterar o curso do equilíbrio institucional vigente. Na terceira seção, os agentes políticos e setores envolvidos nos eventos pós-2013 são, em linhas gerais, identificados aos acontecimentos ocorridos já entre 2014 e 2016: agentes economicamente liberais e neoconservadores, em parte autoritários, que obtiveram êxitos no *impeachment* de Rousseff, na fragilização do PT e na inviabilização do ex-presidente Lula. Na quarta seção, são apresentadas evidências das razões latentes sob as quais as ofensivas contra o PT e suas políticas foram articuladas. Enfim, na última seção, uma breve conclusão um pouco inconclusa.

## 2. Dos conceitos até o *impeachment*

Nos períodos anteriores e concomitantes às Jornadas de 2013, não existiam sinais perceptíveis de descontentamentos que justificassem as crises que seguiram. Era um momento de certa euforia com as potencialidades do Brasil. A economia alcançara patamares excepcionais. As políticas dos governos do PT de Lula (2003-2010), seguidas por Rousseff desde 2010, fizeram o Brasil ascender do 14º posto, em 2003, na economia mundial (US\$ 558 bilhões) ao 7º, nos anos de 2010 a 2014 (mais de US\$ 2 trilhões), com números que rivalizavam com os do Reino Unido e da França. O PIB per capita, antes na faixa de US\$ 3mil por ano, evoluiu para mais que quádruplo desse valor. Isso é o que sintetiza o gráfico 01.

**Gráfico 01** – Evolução do PIB do Brasil, Reino Unido e França em bilhões de US\$ e PIB per capita do Brasil em US\$ (2003-2014)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do World Bank (2023)

Na perspectiva do institucionalismo histórico, retornos positivos crescentes para a população (*increasingreturns*), seguidos de uma perspectiva de eventos que reforçariam a manutenção da trajetória das políticas (*path-dependence*), levavam a crer na manutenção do equilíbrio no curso delas. Em números, os indicativos eram sim de uma regularidade na continuidade do governo de Rousseff para mais uma gestão e um coroamento desse bom momento com o Brasil como sede da Copa do Mundo de 2014. No entanto, nem sempre é assim que as coisas acontecem.

Como alerta Pierson (2004), há eventos cujo alcance hipotético é limitado, mas que podem produzir mudanças substantivas no equilíbrio político existente. É preciso ter atenção ao contexto social, à sequência e ao tempo (*timings*) em que esses eventos aparecem para conjecturar os impactos que podem gerar, alterando ou não o curso esperado das instituições.

A Jornada de 2013 foi desses eventos potencialmente desviantes de rumos que, no *timing*, impactou na trajetória política até então esperada. Foram protestos organizados a partir de uma nova dinâmica comunicativa articulada desde as redes sociais na *internet*. Tiveram lastro em posicionamentos técnicos do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul (TCE-RS), ao qual cabia, à época, e ainda cabe, cumprir com as funções de *accountability* horizontal através da análise da regularidade procedimental dos atos dos governos: uma das oito clássicas dimensões propostas por Diamond e Morlino (2004) para avaliação da qualidade dos regimes democráticos<sup>4</sup>. Como órgãos públicos de controle externo, tribunais de contas integram o rol de garantias ao exercício pleno da cidadania, segundo O’Donnell (2011). Importam como instituições da democracia e legitimam através das posições técnicas que firmam a autoridade de cobrança da cidadania sobre os governos<sup>5</sup>.

Para aqueles que permaneciam na oposição ou que estavam no governo de Rousseff sustentados apenas por interesses pontuais, 2013 foi uma janela de oportunidades para demonstrarem descontentamentos e abrirem pontos de articulação convergentes de interesses contrários aos do PT, principalmente, e seu governo na União.

Como mostram Santos e Teixeira (2014), as Jornadas de junho a julho, nas quais os protestos iniciais tinham foco no transporte público e no valor das passagens, ao final, na opinião pública, transformaram-se na conjuntura vigente, em curto espaço de tempo, em críticas aos gastos públicos com a Copa do Mundo, que ocorreria no ano seguinte, 2014, e na insatisfação com o governo Rousseff e com a corrupção. Forjaram, nessa conjuntura e tempo, um *timing* potencial para mudanças de rumos.

Cattani (2014), ao refletir ainda sob o calor dos fatos, aponta para os agentes econômicos (empresários, rentistas, os donos do capital) como aqueles que de imediato tiraram proveito da crise de 2013. Mesmo não tendo acordo com as demandas dos protestos, colocaram na agenda a possibilidade de queda de Rousseff. Ao se autoelogiarem junto à opinião pública, oportunisticamente apontavam para a pretensa ineficiência e corruptibilidade do Estado quando este era comparado à excelência do setor privado. O poder simbólico intensamente explorado pelos agentes que representavam os setores econômicos nas manifestações de virtudes das “classes produtivas” era um modo eficaz de desqualificação do governo “inimigo” de Rousseff à época.

Simbolicamente, as críticas ao governo de Rousseff, à corrupção e à ineficiência estatal

<sup>4</sup> A qualidade dos regimes democráticos é avaliada segundo (a) dimensões procedimentais – *accountability* horizontal [1], vertical [2], estado de direito [3], participação [4] e competição política [5] –, (b) de qualidade de conteúdo – liberdade (direitos políticos, civis e socioeconômicos) [6] e igualdade política dos cidadãos perante as leis [7] – e (c) de qualidade dos resultados (capacidade de respostas dos governos às demandas e expectativas da cidadania) – *responsiveness* [8]. Estas, no entanto, não são as únicas medidas a serem consideradas. O conhecimento produzido para a cidadania sobre a administração pública também importa segundo Domingues, Filomena e Miebach (2022). Ainda, para uma análise crítica sobre diferentes perspectivas críticas da qualidade da democracia, ver Gugliano (2013).

<sup>5</sup> Para debate sobre o papel dos tribunais de contas em regimes democráticos, ver Filomena (2022).

articularam sentidos juntos àqueles que se opunham ao PT como partido de liderança nacional. Forjaram uma cadeia de significados capazes de reunir, em um mesmo campo, agentes políticos que, em períodos anteriores, estavam dispersos na oposição e, inclusive, no apoio contingencial ao PT e a seus governos. Numa simplificação, a identidade entre eles, nesse momento (em 2013, depois 2014), era de negação, de antagonismo, ao que os governos do PT, de modo geral, representavam: uma clara simetria com as interpretações de movimentos sociais feitos pela tradição pós-estruturalista de Laclau e Mouffe (2004) e de Laclau (2000).

De prático, como significados, trouxeram coesão a setores antes dispersos da oposição e de agentes que se descolaram do governo, mas não foram suficientes para, diante da legitimidade do processo eleitoral, impedirem no voto popular a reeleição de Rousseff para mais um mandato presidencial: no primeiro turno, Rousseff, do PT, avançou para o segundo turno para disputa contra Aécio Neves do PSDB, respectivamente, com 41,59% e 33,54% dos votos válidos; no segundo turno, venceu com o percentual de 51,63% dos votos válidos contra 48,36% do seu adversário (TSE, 2014).

Ao contrário do imaginado, a reeleição de Rousseff não significou um fortalecimento para um período subsequente de governo. Num primeiro momento, porque sua vitória foi questionada junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pela chapa do seu adversário, tento para o qual este não obteve êxito<sup>6</sup>. Segundo, porque, junto ao Legislativo, Rousseff não conseguiu consolidar uma maioria parlamentar que assegurasse base de apoio ao governo. No Brasil, a regra da governabilidade é sustentada pela institucionalização não formal do que ficou conhecida como Presidencialismo de Coalizão, em que os partidos integrantes das bases parlamentares de apoio compartilham espaços negociados nos governos (ABRANCHES, 1988). Em um terceiro momento, porque as bases de um bom desempenho na política econômica existente até 2013 não se estenderam para 2014 e 2015.

Nas instituições político-democráticas de Brasil, governos que não atendem pelo menos a uma das condicionantes – conseguir estabelecer o Presidencialismo de Coalizão e/ou obter bom desempenho nas políticas econômicas – têm muitas dificuldades em se manter. Após a Constituição Federal de 1988, os presidentes que não atenderam a uma delas ao menos sofreram *impeachment*<sup>7</sup>.

Ambas as condições não fazem parte da formalidade das instituições democráticas brasileiras. Enquadram-se no instituto das regras informais defendidas por North (1990), essenciais

<sup>6</sup> Essa foi iniciativa de questionamento, foi de cunho subjetivo do candidato derrotado em 2014, pouco acompanhada pelos seus pares de PSDB. Não existiam quaisquer indícios de irregularidades na eleição de 2014, tanto que Rousseff, do PT, e seu vice, Michel Temer, do PMDB, foram regularmente diplomados e assumiram seus cargos em 1º de janeiro de 2015.

<sup>7</sup> Esse foi o caso de Presidente Fernando Collor de Mello (1990 a 1992) e de Rousseff, como será abordado adiante.

para garantir a regularidade das negociações entre os agentes que participam das arenas políticas. Porém, por si só, também não bastam para remoção do Chefe de Estado da nação. É preciso fato que formalize a configuração de crime diante do descumprimento de uma regra formal.

Na trajetória de eventos, o Tribunal de Contas da União (TCU), nas suas atuações técnicas de auditorias, já havia encontrado indícios de irregularidades nas contratações que envolveram o Governo Federal e empresas públicas, dentre elas, a Petrobrás nos anos de 2012, 2013 e 2014. Esses indícios, por razões até hoje complexas no tocante a suas explicações, recaíram à responsabilidade investigativa da Polícia Federal do Paraná, à promotoria do Ministério Público Federal do mesmo estado e, por consequência, à jurisdição da Justiça de primeiro grau de Curitiba, capital estadual. Trata-se da operação conhecida como Lava-Jato.

A Lava-Jato, em 2014 e nos anos seguintes, arrolou responsabilidades que chegaram aos agentes dos governos de Lula e de Rousseff. Atingiram empresas públicas, principalmente a Petrobrás e seus negócios, numa pretensa rede de corrupção que chegava ao PT e ao próprio ex-presidente Lula. No entanto, jamais constituiu indícios robustos que atingissem à Presidência de Rousseff. Contra ela, nunca houve sinais de comprometimento pessoal com ilícitos (FILOMENA, 2017).

Logo, mesmo sem atender a nenhuma das condicionantes informais institucionalizadas para garantir a manutenção de um governo, por força dos indícios de corrupção, esses não seriam suficientes para caracterização de crimes de responsabilidade da Presidência via Lava-Jato. Outra irregularidade fora do Presidencialismo de Coalizão, da avaliação do governo e da corrupção tinha que ser arrolada para legitimar o impedimento presidencial.

O Relatório do Parecer sobre as Contas do exercício de 2014 de Rousseff de outubro de 2015 com a recomendação ao Congresso Nacional pela rejeição das contas, sob a relatoria do Ministro do TCU João Augusto Nardes<sup>8</sup>, foi a irregularidade aguardada por seus opositores para qualificar a Presidenta em crime de responsabilidade. Diz o Parecer:

O Tribunal de Contas da União é de parecer que as Contas atinentes ao exercício financeiro de 2014, apresentadas pela Excelentíssima Senhora Presidente da República, Dilma Vana Rousseff, [...], representam adequadamente as posições financeira, orçamentária, contábil e patrimonial, em 31 de dezembro de 2014; contudo, devido à relevância dos efeitos das irregularidades relacionadas à execução dos orçamentos, [...] não houve observância plena aos princípios constitucionais e legais que regem a administração pública federal, às normas

<sup>8</sup> Ministro nomeado em 2005, cuja indicação coube ao Congresso Nacional. Tem, na sua trajetória, vínculos com a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de apoio ao Regime Autoritário (1964-1984), e aos partidos que sucederam essa sigla – PDS, PPR, PPB e PP, pelos quais foi vereador na cidade de Santo Ângelo-RS, deputado estadual e federal, ligado ao setor primário. É administrador de empresas e tem mestrado em estudos do desenvolvimento pelo Institut Universit  d’ tudes de Gen ve (1981). Fonte TCU.

constitucionais, legais e regulamentares na execução dos orçamentos da União e nas demais operações realizadas com recursos públicos federais, conforme estabelece a lei orçamentária anual, razão pela qual as Contas não estão em condições de serem aprovadas, recomendando-se a sua rejeição pelo Congresso Nacional (TCU, 2016, p. 915-916).

Segundo Filomena (2017), o Parecer supra se sustentava numa reinterpretação pelo colegiado do TCU quanto ao enquadramento como irregularidade do modo de repasse de recursos da União para os bancos públicos pagarem programas sociais, sem prévia autorização específica do Legislativo. Até então, a prática administrativa que ficou conhecida como “pedaladas fiscais” era aceita, mas, nessa oportunidade, não foi.

As “pedaladas fiscais”, menos relevantes pelos seus aspectos técnicos, mais pelo signo que oportunizava, funcionaram como o que Laclau (2006) argumenta ser um significante vazio. Com entendimentos diversos ou inconclusos sobre seu sentido, esse significante é sob o qual grupos articulam pontos de identidade de desconstituição de um inimigo comum, ao qual eles pretendem suprimir para que tenham curso suas demandas em detrimento das do último.

Pelo foco institucionalista, o referendo pelo TCU às irregularidades por força das “pedaladas fiscais” foi, no *timing* político, o ato pelo qual se conjectura legitimação aos eventos subsequentes de instauração de crime por responsabilidade à Presidência.

Depois do Parecer, já com ruidosos movimentos de rua favoráveis e contrários ao *impeachment*, num curto período, de dezembro de 2015 a maio de 2016, foi decidido no Congresso Nacional o afastamento de Rouseff. Sem os mesmos índices econômicos que teve até 2014 (vide seção 4), sem o apoio do vice-presidente Temer, do PMDB, houve, em agosto, a cassação definitiva do seu mandato.

O processo de *impeachment* brasileiro não diferiu em substância da solução dada a outros tantos momentos de crises institucionais na América Latina. Segundo Pérez-Liñán (2009), o juízo político do Legislativo sobre a remoção de presidentes é mecanismo consagrado em repúblicas com baixo apreço pelas instituições político-democráticas como as do Continente Sul-Americano e da América Central. Portanto, nenhuma novidade. No entanto, no caso brasileiro, diante da confiabilidade política alcançada nas regras desde a Constituição de 1988, os custos com *timings* de rupturas, seguidos de retrocessos institucionais, foram bastante altos, como aprofundado nas duas seções seguintes.

Na seção subsequente, faz-se um mapeamento dos setores, órgãos públicos e agentes que emergiram para as arenas políticas no pós-2013 e notabilizaram-se, principalmente nos atos e movimentações favoráveis ao *impeachment*, e que, durante e após, assumiram protagonismos que resultaram também na impossibilidade de Lula concorrer, em 2018, à presidência.

### 3. Oportunistas e *outsiders*

Se até 2016 a preocupação principal dos setores articulados contra o PT e os seus governos era com cassação do mandato de Rousseff, após o *impeachment*, o objetivo se tornou desconstituir o partido (e outros setores e partidos do campo das esquerdas), suas políticas públicas e inviabilizar Lula. O que seguiu foi um pacto latente de tolerância ao governo de Temer (maio de 2016 a 2018), contrabalançado por profundas mudanças institucionais nas políticas, que se mostraram onerosas ao novo presidente e à Nação, como aprofundado na seção 4.

O ônus não se limitou a reforçar o poder de uma base parlamentar fisiológica no Congresso Nacional – o Centrão – num pacto de governabilidade. Estendeu-se por oportunizar a *outsiders* de baixa aderência à institucionalidade democrática protagonismos na política do Brasil. Identificar quem são os novos protagonistas nessa intrincada rede de articulações de setores, órgão de estado e de agentes emergentes é do que se ocupa a presente seção.

Assim como aconteceu nas Jornadas de 2013, as mobilizações populares que levaram às ruas do Brasil milhões de pessoas a favor do *impeachment* nos anos de 2015 e 2016 ocorreram a partir de um espaço pouco dominado pela política tradicional: as redes sociais virtuais asseguradas pela difusão da *internet*. Traziam às manifestações uma euforia diante da perspectiva real não apenas da cassação do mandato de Rousseff, mas, com o curso das investigações e punições da Lava-Jato, também da possibilidade iminente de condenação de Lula.

Esse momento histórico foi indissociável da operação Lava-Jato. Desde 2014, ela se tornou a pauta principal junto às mídias regulares. Ganhou, ao longo de 2015 e 2016, coberturas jornalísticas com superexposições diárias sobre os avanços das investigações pela Polícia Federal. Manifestações cotidianas dos procuradores do Ministério Público Federal envolvidos na força-tarefa da operação eram correntes. Um volume imenso e em tempo recorde de delações premiadas e de condenações criminais na Justiça que envolveu desde empresários das grandes empreiteiras da construção pesada a diretores da Petrobrás. Dezenas de prisões por crime de corrupção para aqueles arrolados no esquema de rombos de centenas de milhões de reais na Companhia. Ainda, a crescente narrativa de que o líder do processo seria o ex-presidente Lula.

Capital do Estado do Paraná, Curitiba foi transformada no centro das atenções políticas do Brasil. Personagens até então anônimos, como o juiz titular da 13ª Vara Criminal de Curitiba, Sergio Fernando Moro, e do Procurador Deltan Martinazzo Dallagnol, ganharam as capas e os editoriais das publicações mais importantes do país. Eram os “virtuosos justiceiros” que “acabariam com a corrupção no Brasil”: protagonistas de uma modalidade de ativismo político-judicial que

transbordava os limites de atribuição legais dos órgãos públicos e Poder dos quais eram membros.

Os exemplos anteriores foram animadores para que segmentos importantes da alta burocracia pública (procuradores, auditores fazendários, dos tribunais de contas, delegados das polícias e outras carreiras da elite do Estado) não hesitassem em se associar aos movimentos de destituição de Rouseff e de condenação a Lula e, principalmente, ao PT. Empoderados, esses se colocavam na vanguarda da *res-pública*, haja a vista que a descoberta dos indícios de corrupção teve origem nas ações dos seus trabalhos. O problema, segundo os tecnoburocratas, eram os “políticos”, não os virtuosos técnicos receptivos à “modernização do Estado”, através da incorporação de princípios do *New Public Management*, e à adoção de mecanismos de *compliance*<sup>9</sup>.

Os agentes do “mercado” enxergaram na crise oportunidades. A burguesia do capital, através das organizações empresariais como FIESP, Federação de bancos (FEBRABAN) e outras, associaram-se aos movimentos contra Rouseff, Lula e o PT. Financiar mobilizações de massa. Sua agenda de demandas, na maioria latentes e propositalmente não referidas, em medida significativa, tinha concretude com a iminência do governo Temer. Não há indicativos de que buscavam parcerias estratégicas com outros segmentos como de tecnoburocratas e dos trabalhadores. A exceção eram os integrantes da Lava-Jato e o próprio Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot<sup>10</sup>.

Não foi diferente com a Força Sindical, representante dos trabalhadores, que se somou nos movimentos a entidades historicamente contrárias aos interesses dos seus associados. Naquele momento, o adversário comum a ser derrotado era o mesmo.

Esse êxtase vem ainda acompanhado pela ascensão de grupos políticos neófitos autodeclarados de direita como o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Vem pra Rua, ambos com grande capacidade de mobilização popular e capilaridade nas redes da *internet*. Em pouco tempo, diante da exposição obtida, organizaram-se para adentrar aos espaços de disputa política tradicional. Já representantes de partidos tradicionais como PSDB, DEM e PMDB tentaram obter visibilidade com os movimentos no auge, mas foram rechaçados.

Quase à marginalidade do movimento *pró-impeachment*, talvez os mais numerosos nas manifestações, aqueles agentes e populares receptivos a ideias autoritárias e à tentação fascista<sup>11</sup>. Com ele, segmentos de religiões conservadoras, como as das igrejas neopentecostais e certo deputado do “baixo clero” do Congresso Nacional, com a alcunha de “Capitão”, Jair Messias

<sup>9</sup> A tradição tecnoburocrática brasileira nunca foi democrática, mas corporativa. Nas suas origens, trajetórias e históricos de colaboração sempre se amalgamaram bem aos governos autoritários e às elites do capital. Como hipótese latente, vislumbravam reeditar os marcos da aliança bem-sucedida, que existiu, por longo tempo (até os anos de 1980), entre tecnoburocracia e a burguesia capitalista, numa simbiose que foi, sob o ponto de vista econômico, benéfica a ambos os segmentos (vide BRESSER-PEREIRA, 2007).

<sup>10</sup> Para matérias ilustrativas sobre os financiamentos a membros da Lava Jato, vide Barrocal (2019) e Audi e Demori (2019).

<sup>11</sup> Vide, para uma abordagem retrospectiva, Trindade (2016).

Bolsonaro: naquele momento, ainda distante dos protagonismos obtidos por outros no desenrolar da crise<sup>12</sup>.

Vale destacar ainda a adesão militante de juristas tradicionais como de Miguel Reali Júnior e da professora da Universidade Federal de São Paulo (USP), Janaína Paschoal – estes autores da peça encaminhada ao Congresso defendendo o *impeachment* de Rousseff – e de artistas que procuravam visibilidade<sup>13</sup>.

Oportunistas *outsiders*<sup>14</sup> de direita – liberais, autoritários e conservadores – e, principalmente, antipetistas<sup>15</sup> é a melhor síntese para o conjunto de agentes da sociedade e da política que ascenderam ou se reapresentaram à política legitimando-se durante os movimentos de 2014 a 2016. Contribuíram para um processo confuso de bricolagem bem-sucedido de elaboração de um mosaico político fundado em significantes diversos, cujo objetivo nuclear era atingir o governo de Rousseff, Lula e o PT, e, por consequência, ascenderem ao poder, cada qual com uma agenda própria de interesses. A figura 01 subsequente ilustra, com imagens, esse momento.

**Figura 01** – Mosaico da crise em 2016.



Fonte: Filomena (2017)

<sup>12</sup> Ex-militar, Bolsonaro era, até então, um deputado federal conservador pelo Rio de Janeiro, já na sua sétima legislatura, porta-voz de posições polêmicas contra minorias, a favor de armas e das corporações de policiais e militares. Nunca esteve entre os principais deputados do Congresso Nacional, por isso “baixo clero”. Seu momento de maior exposição nesse processo foi quando, na sessão de cassação do mandato de Rousseff, em agosto de 2016, ao proferir seu voto pelo impeachment, disse: “[...] pela memória do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff [...]”. Ustra, um dos responsáveis por violar os direitos humanos, sob o qual recaem dezenas de acusações por dezenas de torturas e mortes no Brasil durante o Regime Autoritário (1964-1984).

<sup>13</sup> Lobão (músico), Roger Moreira (Ultraje a Rigor), Alexandre Frota (ator), Marcelo Madureira (ex-Casseta & Planeta), dentre outros.

<sup>14</sup> Representantes de segmentos da burocracia, da burguesia e da representação dos trabalhadores não cabem imediatamente nessa classificação de *outsiders*. São agentes acostumados aos processos negociais das arenas políticas, mas, no curso do processo, agiram sempre como oportunistas.

<sup>15</sup> A opção por antipetista é uma simplificação terminológica que se estendia às políticas de outros partidos, sindicatos e setores da esquerda brasileira.

## 4. Interesses latentes

Tão logo ascendeu à Presidência, Temer, em tese um liberal, imediatamente tratou de garantir sua governabilidade com a consolidação de uma larga base parlamentar no Congresso Nacional. Fez isso consciente dos preceitos institucionais não formais do presidencialismo de coalizão. Amealhou para sua base um largo espectro de parlamentares de alinhamento político conservador, não poucos de matriz autoritária, e de centro (o Centrão). Porém, a governabilidade obtida não veio acompanhada de apoio popular.

Sua baixa popularidade se explica, por um lado, porque não houve com ele melhoras na economia ao adotar diretrizes de cunho neoliberal, como visto nessa seção. Por outro, porque os *outsiders* de direita que emergiram dos movimentos em defesa do *impeachment* não se alinharam a seu governo, pelo contrário, opuseram-se a ele, e buscaram protagonismos com distanciamentos seguros das suas políticas. Defendiam uma agenda particular de demandas para as quais não dependiam no tempo em que planejaram implantá-las do governo de Temer<sup>16</sup>.

De antemão, o governo Temer não ficou ileso às ações que envolveram investigação de corrupção, inclusive no tocante aos seus comprometimentos com as ilicitudes apontadas pela Lava-Jato (PARANAÍBA, 2019). Importantes para produzirem os fatos que nos *timings* o levaram à presidência, a tecnoburocracia, em especial do Ministério Público Federal e de outros órgãos públicos de *checks and balances*, nunca firmou compromissos com o novo governo.

Na condição de um governo com baixo apoio popular, enfraquecido e acuado pela própria ação da burocracia pública, mas com uma base parlamentar no Legislativo consolidada, cabia a ele a missão de sobreviver. Para tanto, havia a urgência em dar curso às demandas latentes dos setores do capital que a ele davam sustentação política, como ilustra o cartum de Laerte na figura 02.

---

<sup>16</sup> Se é verdade que esses novos ou repaginados entrantes na política, *outsiders*, não se associaram ao movimento Fora Temer, que a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e outros movimentos de esquerda com laços com o PT patrocinaram no pós-impeachment, também é fático que nunca deixaram de criticá-lo como político tradicional que era e como um dos responsáveis pela corrupção e pela situação crítica pela qual, nos anos de 2016, 2017 e 2018, o Brasil passou.

Figura 02 – Cartum do dia 21-03-2017



Fonte: Laerte (2017)

Foram quatro linhas de políticas adotadas no governo de Temer em atendimento aos interesses latentes, todas na contramão dos governos nacionais do PT: (1) a adoção de uma política de austeridade rígida de controle/congelamento dos gastos públicos; (2) o incentivo a políticas de privatização e de desestatização; (3) a proposição de uma nova reforma previdenciária; e (4) mudanças nos regramentos das leis do trabalho.

Como um, a política de austeridade fiscal veio, por meio de uma célere aprovação da emenda constitucional conhecida como PEC 55, no Senado (241 na Câmara dos Deputados), ou do Teto de Gastos. Aprovada em dezembro de 2016 como Emenda Constitucional 95, congelava os gastos correntes – aqueles com saúde, educação, assistência social, pagamento de pessoal e outros custeios – numa inversão completa em relação à anterior prioridade incremental de financiamentos para consecução de políticas sociais redistributivas e na educação. Os gastos correntes a partir da Emenda 95 ficaram subordinados à antecedência da alocação de recursos para pagamento dos serviços da dívida pública (BRASIL, 2016a). Ou seja, para os serviços do governo, salário dos servidores (inclusive da tecnoburocracia) e para seus gastos próprios, regras duras de limitação orçamentária; para o setor financeiro e títulos da dívida pública, regras flexíveis e controladas pelas demandas do “mercado”, já majoritariamente rentista e não produtivo.

Essas restrições não se limitaram aos Executivos nacionais, regionais e locais. Estenderam-se aos Legislativos, Judiciários, Ministérios Públicos e Tribunais de Contas, que precisaram adequar seus orçamentos à Emenda. Verbas para área de segurança pública e para Polícia Federal também, com impactos em operações como a Lava-Jato. Imediatamente, Temer catalisou insatisfações da tecnoburocracia, da área da Justiça e de corporações da segurança pública, essas já alinhadas a Bolsonaro.

Dois, as políticas de privatização foram demarcatórias, mas tímidas em relação ao prometido por Temer. Na Petrobrás, núcleo das irregularidades investigadas na Lava Jato, foi adotada a

política de Preço de Paridade de Importação de maio de 2016. Houve uma dissociação, em tese, dos interesses da empresa dos emergentes nas arenas da política, em especial do governo. A Companhia se alinhou sim aos interesses dos acionistas no mercado financeiro. O mais relevante nesse tema foi sanção da Lei das Estatais de inspiração lava-jatista, que impôs restrições para nomeações de políticos nas direções de estatais (BRASIL, 2016b). Atendeu a algo que o mercado reclamava como uma reserva para seus agentes<sup>17</sup>.

Três, propôs uma nova reforma estrutural da previdência social com impactos substantivos para trabalhadores do setor público e do privado, a PEC 287, de 2016. Era uma reforma com o objetivo de dificultar o acesso dos trabalhadores às condições de aposentação: (a) incremento no tempo de contribuição, que poderia chegar a 50 anos para habilitação para o recebimento de proventos integrais; (b) elevação para 35 anos para o tempo mínimo de contribuição; e (c) idade mínima para concessão de aposentadoria de 65 anos. A reforma, excepcionalizava os militares. Beneficiava, e isso era manifesto pelo seu governo, o sistema privado de previdência.

Para o governo Temer, na medida em que a reforma não foi aprovada, representou mais um *front* de desgastes. Mais uma vez, indispôs-se com a tecnoburocracia, com membros dos Judiciários, do Ministério Público e demais setores de servidores públicos e, adicionalmente, com os trabalhadores do setor privado.

A linha quatro foi a politicamente mais surpreendente. A reforma trabalhista, impensável em tempos anteriores nos termos como foi desenhada, foi a ruptura definitiva com quaisquer possibilidades de negociações com os trabalhadores, inclusive com a Força Sindical. A lei nº 13.467, de julho de 2017, alterou a CLT<sup>18</sup> em pontos essenciais e subtraiu direitos dos trabalhadores. A jornada de trabalho tornou-se flexível, os acordos entre patrões e empregados passaram a valer mais que do que o texto legal, a possibilidade de os trabalhadores acessarem à Justiça do trabalho foi restringida e o imposto sindical foi encerrado (BRASIL, 2017). Na perspectiva dos segmentos do capital, essa reforma rompia com um dos maiores entraves para a produção no Brasil.

Diante da agenda que Temer impôs, do início do seu governo até o final, seus índices de reprovação só cresceram. Foram de 36%, em junho de 2016, logo após o afastamento de Rousseff, para faixa de 79%, em junho de 2018 (IBOPE, 2018). Nem as condenações judiciais de Lula na Lava-Jato, em julho de 2017, na primeira instância e, em janeiro de 2018, na segunda, seguidas da sua prisão, em abril de 2018, que lhe impediram de concorrer à Presidência, ajudaram Temer.

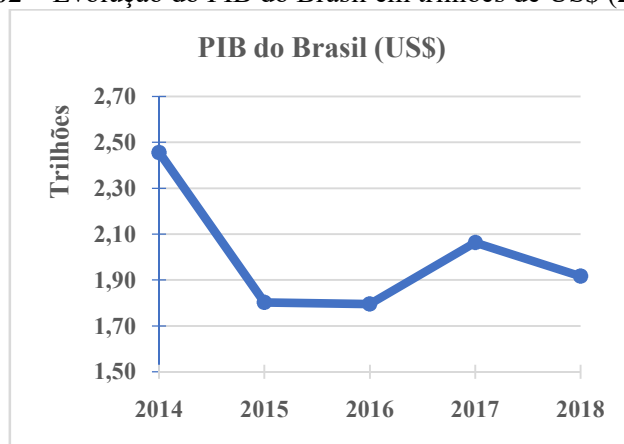
<sup>17</sup> Lei em muito influenciada pela ideia de *compliance*, feita sob o signo da Lava-Jato. Em pouco tempo, essa medida se tornou um problema para o próprio governo Temer e seus acordos políticos, diante das restrições impostas pelo novo regramento à acomodação das indicações de políticos aliados a postos-chave nas empresas públicas.

<sup>18</sup> CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.

Enfraquecido, mas com garantias dadas pela instituição informal do presidencialismo de coalizão, somado ao cumprimento com a agenda de interesses dos setores do capital, de Temer esperar-se-ia ao menos alguma resposta à crise política instaurada no Brasil em 2013: esta que produziu substantivos reflexos na economia, principalmente de 2015 em diante.

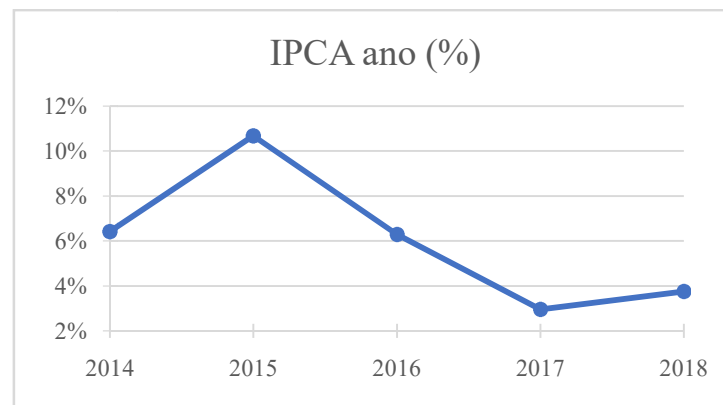
Sua política de austeridade fiscal foi, num curto tempo, suficiente para recuperar um pouco a depressão econômica do auge da crise em 2015 e 2016. Houve um incremento moderado do PIB de 2017 (US\$ 2,06 trilhões) em relação aos dois anos anteriores (ambos na faixa de US\$ 1,8 trilhões), mas o montante alcançado ainda ficou bem abaixo dos US\$ 2,45 trilhões do ano de 2014. Em 2017, o PIB voltou a cair, indicando um ciclo de tendência de depressão no Brasil, como mostra o gráfico 02 (WORLD BANK, 2012).

**Gráfico 02** – Evolução do PIB do Brasil em trilhões de US\$ (2014-2018)

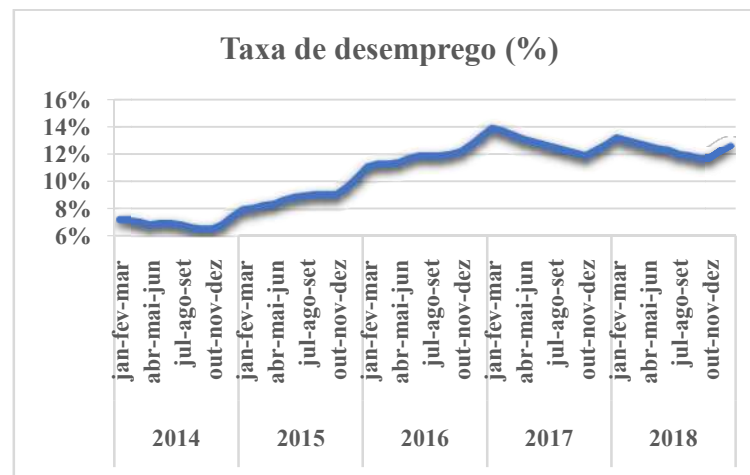


**Fonte:** Elaborado pelo autor com base em dados do World Bank (2023)

Já a inflação foi mantida controlada. A taxa da variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE), que chegou a variar 10,67% em 2015, em 2017 e 2018, respectivamente, baixou para 2,95% e 3,75% (gráfico 3) (IPEA, 2023). No entanto, inflação controlada não significou melhorias nos índices de desemprego, que, no governo de Temer, foi sempre de uma curva ascendente. Mesmo com as mudanças na CLT, com os trabalhadores perdendo direitos através da institucionalização da flexibilidade nas relações de emprego, quase 14% da população economicamente ativa no início de 2016 não tinha trabalho, sendo que esse índice nunca ficou abaixo de 11,7% no período de maio de 2016 e dezembro de 2018: números bem piores que os de Rousseff como demonstrado no gráfico 04 (IBGE, 2023).

**Gráfico 03** – Variação da inflação, segundo IPCA-IBGE (2014-2018)

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do IPEA (2023)

**Gráfico 04** – Evolução da taxa de desempregados na população economicamente ativa em % (2014-2018)

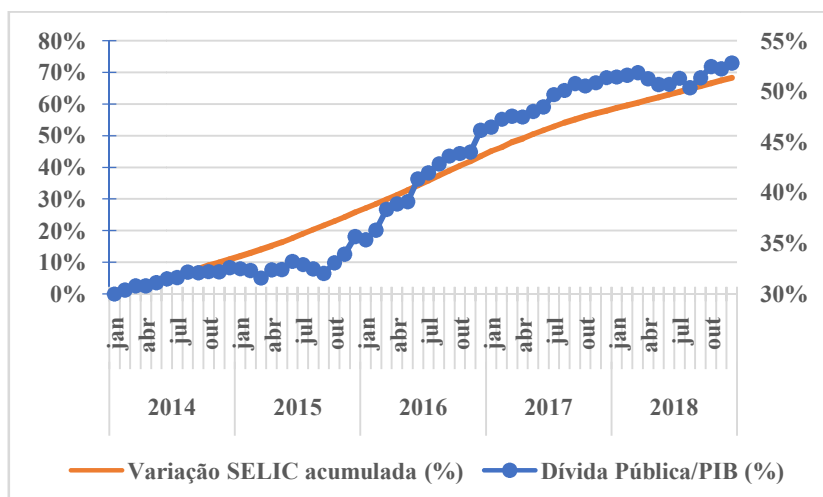
Fonte: Elaborado pelo autor com base na PNAD contínua IBGE (2023)

Por mais que não seja publicamente manifesto, para segmentos do capital, a manutenção de taxas mais altas de desemprego são interessantes. Significa a formação de uma massa de reserva de trabalhadores disposta a trabalhar com rendas menores, o que aumenta a produtividade como medida entre receita e custos de produção. Numa gramática econômica, desemprego em taxas mais altas, até certo ponto, força o estabelecimento de um novo ponto de equilíbrio mais interessante para quem detém o capital entre receita e custo marginal de produção: uma resposta aos ganhos obtidos pelos trabalhadores (com a mais valia) com políticas redistributivas nos governos de Lula e, em boa parte, do de Rousseff.

Com Temer, diante da política de austeridade de gastos que implantou, era esperada uma redução no endividamento público, mas isso não aconteceu. Pelo contrário, proporcionalmente ao PIB brasileiro, o endividamento, no período do seu governo, cresceu de patamares inferiores a 35% para quase 53%. De fato, parte dessa dívida foi para remunerar os títulos da dívida pública no seu

período pela SELIC<sup>19</sup>, principalmente em 2016 e 2017, muito acima da variação da inflação pelo IPCA-IBGE: 7,8% (14,1% SELIC – 6,3% IPCA) e 7% (10% SELIC – 2,95% IPCA). O comportamento incremental do endividamento público está no gráfico 05, subsequente.

**Gráfico 05** – Evolução do incremento do endividamento público em proporção ao PIB *versus* variação acumulada da SELIC (2014-2018)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do IPEA (2023)

O resumo é que as políticas do governo Temer foram recessivas e reforçaram o ciclo de crise. Se não bastassem as rupturas institucionais, com ele também a recessão econômica assumiu ares de longo curso no Brasil. Os maiores beneficiados não foram a população geral, tampouco o capital produtivo e menos ainda os trabalhadores do setor público e privado; foram os rentistas que ganharam.

À margem de tudo isso, Bolsonaro, um político antigo oportunista, mas que na conjuntura aparecia como um *outsider*. Economicamente liberal por conveniência, autoritário e conservador por princípios, com uma natureza antidemocrática e reacionária, foi paulatinamente crescendo como alternativa às eleições de 2018. Apoiado por quadros menos qualificados dos segmentos do capital, que não se constrangeram em se alinhar às suas posições políticas, e com lastro popular considerável, elegeu-se, no segundo turno, em 2018, obtendo mais de 55% dos votos válidos, derrotando o candidato do PT (TSE, 2018).

<sup>19</sup> SELIC – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – que é a taxa referencial de juros da economia e que serve para remunerar os títulos da dívida pública.

## 5. Conclusões

Das Jornadas de 2013, passando pelo *impeachment* de Rousseff, pelo governo de Temer, até a eleição de Bolsonaro, houve um longo e tortuoso trajeto de rupturas e mudanças de rumos institucionais. Os protestos de 2013 foram o *timing*, o marco catalisador das crises que seguiram. Aqueles que se opunham ao PT e suas políticas, a partir deles, vislumbraram a oportunidade de romper com uma trajetória regular de retornos crescentes que as políticas em curso traziam e que indicavam na regularidade democrática a manutenção do Partido no poder.

A aposta na emulação da crise pelos agentes políticos foi bem-sucedida no sentido de atingir o adversário (o PT principalmente), mas não se limitou ao *impeachment*, veio acompanhada de mudanças institucionais profundas e de ordem estrutural. Como acontecimentos da história recente, impuseram ao Brasil um custo alto à economia e trouxeram inseguranças quanto às regras democráticas. Desde lá, o país sucumbe em uma espiral de recessiva, e a consolidação como sétima economia do mundo ficou no passado. Algo inimaginável para os anos de 2013, 2014 e 2015, o Brasil voltou ao mapa da fome e da miséria. Também, a partir de práticas não convencionais de ativismo judicial, foram abertas janelas que ameaçam direitos fundamentais de cidadania.

Por mais que tenha se mantido aparentemente neutro no *impeachment* de Rousseff, Temer responde por muitos dos danos do Brasil. Primeiro, porque, sem legitimidade junto à população, apostou em políticas que, ao contrário de qualificarem o país, incrementaram as dificuldades para rearticulação produtiva do país: só o rentismo lucrou de fato com Temer.

Segundo, não fugiu à sina dos liberais de flertarem e se alinharem aos setores autoritários e depois serem tutelados pelos últimos. Deu lastro para que oportunistas, dentre os quais ele e os seus, e neófitos *outsiders* apresentassem ao mundo um lado obscuro de interesses latentes nada republicanos e por demais autoritários dos brasileiros. Bolsonaro foi a síntese dessas crises, o resumo desse pior Brasil.

Subtende-se que, se interesses como esses fossem manifestos, e os de cunho autoritário-conservadores nunca foram escondidos, talvez as escolhas políticas tomassem outro rumo. Porém, sabe-se como começam as crises, mas, depois de instaladas, ninguém tem controles sobre elas. Depois de 2013, o futuro da economia e das regras democráticas nem a Deus pertence.

## Bibliografia

ABRANCHES; Sérgio H. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro. vol. 31, n. 1, 1988, p. 5 a 34.

AUDI, Amanda; DEMORI, Leandro. As mensagens secretas da Lava Jato – parte 10. In: The Intercept Brasil, jul. 2019. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2019/07/14/dallagnol-lavajato-palestras/>. Último acesso em: 06 jul. 2023.

BARROCAL, André. Dallagnol palestrou para federação dos bancos, poupados por ele. In: Carta Capital, jul. 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/dallagnol-palestrou-para-federacao-dos-bancos-poupados-por-ele/>. Último acesso em: 06 jul. 2023.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 95 de 15 dez. 2016. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 dez. 2016a, p. 2. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm). Último acesso em: 06 jun. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.303, de 30 jun. 2016. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1 jul. 2016b. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/113303.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113303.htm). Último acesso: 06 jun. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 jul. 2017, p. 1. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=14/07/2017>. Último acesso: 06 jun. 2023.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Burocracia pública e classes dirigentes no Brasil. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 28, p. 9-30, jun. 2007.

CATTANI, Antonio David. O significado dos protestos urbanos segundo o *mainstream* econômico. & Cronologia parcial. In: CATTANI, Antonio David (org.). #protestos: análises das ciências sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014, p. 53-61 e p. 103-107.

DIAMOND, Larry; MORLINO, Leonard. The quality of democracy, in Journal of Democracy, vol. 15, núm. 4, p. 20-31, out. 2004. Disponível em: <https://www.journalofdemocracy.org/articles/the-quality-of-democracy-an-overview/>. Último acesso em: 13 mar. 2020.

DOMINGUES, Fabian S.; FILOMENA, César L.; MIEBACH, Alessandro D. O conhecimento regional e o papel dos tribunais de contas: relato de uma experiência. Crítica & Controle, vol. I, n. 1, dez. 2022.

FILOMENA, César L. Tribunais de contas do Brasil: trajetória e agenda útil de pesquisas. In: ALACIP – Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, XI, Santiago, Chile, jul. 2022. Disponível em: <https://alacip.org/?todasponencias=tribunais-de-contas-do-brasil-trajetoria-e-agenda-util-de-pesquisas>. Último acesso: 06 jun. 2023.

FILOMENA, César L. A regra institucionalizada e o *impeachment*: legitimidade *versus* “interesses latentes”. In: ALACIP – Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, IX, Montevideo, Uruguay, jul. 2017. Disponível em: <https://alacip.org/?todasponencias=a-regra-institucionalizada-e-o->

impeachment-legitimidade. Último acesso em: 06 jun. 2023.

GUGLIANO, Alfredo A. Apontamentos sobre o conceito de qualidade da democracia. Revista Debates, Porto Alegre, v.7, n.1, p. 229-243, jan./abr., 2013.

HESSE, Hermann. O lobo da estepe. 26ª tiragem. Rio de Janeiro: Record, 2000.

IBGE. PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua [2023] Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/pt/inicio.html>. Último acesso: 06 jun. 2023.

IBOPE. Pesquisa Eleitoral - BR-02265/2018 [2018]. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/cni/estatisticas/>. Último acesso: 06 jun. 2023.

IPEA. Ipeadata [2023]. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Último acesso: 06 jun. 2023.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. Hegemonía y estratégia socialista: hacia una radicalización de la democracia. 2. ed. Buenos Aires: FCE Argentina, 2004.

LACLAU, Ernesto. Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo. 2. ed. Buenos Aires: Nueva Vision, 2000.

LACLAU, Ernesto. La razón populista. 2. ed. México: FCE, 2006.

LAERTE. Charge do dia, 21 mar. 2017. UOL Economia. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/busca/montecarlo.htm?repository=image&size=40&q=charge&next=0001H153U80N&query=charge#>. Último acesso: 21 jul. 2017.

NORTH, Douglass C. Institutions, institutional change and economic performance. New York: Cambridge University Press, 1990.

O'DONNELL, Guillermo. Democracia, agência e estado: teoria com intenção comparativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

PARANAÍBA, Guilherme. Investigado por corrupção, Temer foi denunciado três vezes ao STF enquanto era presidente. In: Estado de Minas, mar. 2019. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/03/21/interna\\_politica,1039812/michel-temer-foi-denunciado-tres-vezes-ao-stf-enquanto-era-presidente.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/03/21/interna_politica,1039812/michel-temer-foi-denunciado-tres-vezes-ao-stf-enquanto-era-presidente.shtml). Último acesso, 06 jun. 2023.

PEREZ-LIÑAN, Aníbal. Juicio político al presidente y nueva inestabilidad política em América Latina. Buenos Aires: FCE, 2009.

PIERSON, Paul. Politics in time: history, institutions and social analysis. Princeton-NJ; Oxfordshire UK: Princeton University Press, 2004.

PLATÃO. A república. São Paulo: Rideel, 2005.

SANTOS, José Vicente Tavares dos; TEIXEIRA, Alex Niche. Atores sociais jovens nos protestos de 2013. In: CATTANI, Antonio David (org.). #protestos: análises das ciências sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014, p. 63-80.

TCU. Augusto Nardes/ currículo do Ministro Augusto Nardes. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/institucional/ministros/augusto-nardes/>. Último acesso em: 06 de jun. 2023.

TCU. Relatório e parecer prévio sobre as contas do governo da república – exercício 2014. Brasília: TCU, 2016. Disponível em: <https://sites.tcu.gov.br/contas-do-governo-2014/>. Último acesso em: 06 jun. 2023.

TRINDADE, Hélio. A tentação fascista no Brasil: imaginário de dirigentes e militantes integralistas. Porto Alegre. Ed. UFRGS, 2016.

TSE. Eleições [2014]. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-plebiscitos-e-referendos>. Acesso: 05 jun. 2023.

TSE. Eleições [2018]. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-plebiscitos-e-referendos>. Acesso: 05 jun. 2023.

WORLD BANK. Databank [2023]. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/home.aspx>. Último acesso: 06 jun. 2023.

## César Luciano Filomena

Doutor em Ciência Política, PPG-Pol UFRGS (2015). Auditor do Controle Externo do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul. Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da UNIPAMPA  
[cesarlucianofilomena@gmail.com](mailto:cesarlucianofilomena@gmail.com); [cesarfilomena@unipampa.edu.br](mailto:cesarfilomena@unipampa.edu.br); [clfilomena@tce.rs.gov.br](mailto:clfilomena@tce.rs.gov.br).